

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Secretaria Municipal de Administração

Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO****Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021****Processo Administrativo nº 51.828/2021**

Objeto: Prestação de serviço de Rastreadores Veiculares, em regime de comodato e pronta resposta, para frota automotiva (própria e alugada) da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, junto à Coordenação da Central de Equipamentos, vinculada à Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana - SEINFRA, com recursos provenientes dos Tesouros Municipal e Federal.

Assunto: Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela pessoa jurídica **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob número **00.405.867/0001-27**, em face da declaração de **VENCEDOR** do Pregão Eletrônico SRP nº 057/2021, a pessoa jurídica **SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **00.090.021/0001-45**, realizado na plataforma online do Banco do Brasil - "Licitações-e".

DA TEMPESTIVIDADE

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de ato impugnatório, a existência concreta da tempestividade, fundamentação e pedido de reforma do instrumento convocatório. A peça impugnatória da empresa **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**, feita dentro do prazo estabelecido em edital, através do endereço eletrônico compraspmvc@hotmail.com, em 29 de outubro de 2021, em conformidade com Item 11.3 do Edital que diz: *"Uma vez manifestada a intenção, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico ou por meio do e-mail compraspmvc@hotmail.com, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico ou por meio do e-mail compraspmvc@hotmail.com, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses"*(grifo nosso). Portanto, o recurso da referida empresa atende o disposto no referido instrumento convocatório e o no artigo Art. 4º incisos XVIII e XX, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, estando, apto a ser apreciado pelo Pregoeiro Responsável.

DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE

Alegou, em síntese a empresa **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**:

1. *"A decisão da autoridade administrativa responsável pela condução dos trabalhos ignorou, todavia, que a proposta da licitante declarada vencedora é incompatível com as especificações contidas no instrumento convocatório";*
2. *"A partir de exame perfunctório da proposta apresentada - a licitante declarada vencedora informou que utilizaria, no bojo da prestação do serviço requestado pelo instrumento*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Secretaria Municipal de Administração

Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

convocatório, o rastreador modelo ITR155, o qual não é compatível, todavia, com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência... ”;

3. *“Houve, pois, flagrante desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório no caso concreto, na contramão do que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei 8.666/1993”;*

DAS CONTRARRAZÕES:

Alegou, em síntese a empresa **SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA:**

1. *“No item “A” da peça recursal, a recorrente informa, que o modem multi-slot no edital tem classe 12, e o rastreador ofertado é classe 10, porem cada marca, utiliza nomenclaturas diferentes para o mesmo equipamento, não tendo diferença entre o 10 ou 12 desde que seja multi slot”;*
2. *“No item “B” do recurso, a recorrente informa que no edital, exige saída com até 300 mA e a do rastreador ofertado tem de até 250 mA, porém, como até se verifica no manual do rastreador que a própria recorrente colocou, que é o MXT 130, também tem saída de até 250 mA, ficando demonstrado que na prestação do serviço, não existe diferença alguma entre o de 300 e de 250, pois o que é fundamental, é que tenha a saída para que o rastreador possa fazer o bloqueio através de um relê, e o que ambos fazem a contento. MXT-130: 01 entrada para Ignição (vcc); 01 Saída digital de baixo nível (conduz até 250 mA), necessário diodo de roda livre quando a carga for indutiva”;*
3. *“Já no item “C” do recurso, a recorrente inform,a que o rastreador não opera constelação Galileo, o que é uma inverdade, já que o GPS atende em todos os requisitos constantes no termo de referência, como já foi dito são nomenclaturas que diferem de marca para marca, estando o rastreador, hora ofertado, cumprindo todos os requisitos constante no termo de referência”.*

DO EXAME DO RECURSO

É o relatório.

Em razão dos Recurso interposto, com o desiderato de sistematizar a decisão, abordar-se-á *de per si* os motivos apresentados pelo Recorrente, a pessoa jurídica: **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob número **00.405.867/0001-27**, participante do Pregão Eletrônico nº 057/2021, aduzindo aos critérios de avaliação, habilitação e condições de participação da presente licitação em atenção ao recurso interposto pela empresa citada. Assim sendo, apresentamos o resultado do julgamento na forma como segue abaixo:

Julgamento da pessoa jurídica **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA:**

Em razão do fato de que o assunto tratado na peça recursal interposta pela empresa ECS aborda questões técnicas, todo o material foi submetido a análise da comissão técnica da Unidade Requisitante (DESERG), a qual emitiu a CI 587/2021 do dia 23 de novembro de 2021 conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Administração

Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br

“...após análise minuciosa da proposta do licitante vencedor, bem como do Recurso apresentado pela Empresa ECS Empresa de Comunicação e Segurança LTDA e a contrarrazão da Empresa Jurídica Sistema Avançado de Segurança Eletrônica LTDA, percebemos que:

- O Termo de Referência do Processo supracitado especifica o equipamento para o serviço solicitado, com especificações mínimas Multi-slotClass12, porém o licitante vencedor apresentou a proposta com catálogo do equipamento com modem Multi-slotClass10 e alegou em sua contrarrazão que não haveria diferença entre classe 10 ou classe 12, porém após análise do equipamento e pesquisa sobre o modem Multi-slot e suas classes, constatamos que o equipamento é inferior ao solicitado no edital e que sim há diferença entre o classe 10 e classe 12, conforme descrição abaixo, extraída do site <https://www.rfwireless-world.com/Terminology/GPRS-mobile-multislot-classes.html>, página que trás as classes multislot móvel GPRS e menciona o nº. de slots máximos suportados em uplink e downlink:

| Classe Multislot | Número máximo de slots | | | Tipo de GPRS Móvel |
|------------------|------------------------|----|-------|--------------------|
| | Rx | Tx | Soma | |
| 10 | 4 | 2 | 5 | 1 |
| 11 | 4 | 3 | 5 | 1 |
| Classe 12 | 4 | 4 | 5 | 1 |
| 13 | 3 | 3 | N / D | 2 |

<https://www.rfwireless-world.com/Terminology/GPRS-mobile-multislot-classes.html>

- No Termo de Referência foi solicitado equipamento com: “1 saída digital configurável com corrente de 300mA...”, porém a Empresa Jurídica Sistema Avançado de Segurança Eletrônica LTDA apresentou proposta com o equipamento contendo 1 saída digital configurável com corrente de 250mA, sendo inferior ao solicitado;

Sendo assim, percebe-se que o equipamento ofertado pelo licitante vencedor é incompatível com o solicitado no Termo de Referência, não atendendo a todos os requisitos constantes no mesmo, portanto, solicitamos desclassificação da empresa e convocação da subsequente para apresentação de sua respectiva proposta para procedência do processo licitatório”.

Portanto, diante do que foi exposto pela comissão técnica, é incontestável que habita razão nos argumentos da reclamante, desta forma, o pregoeiro acata a manifestação da recorrente, e resolve **DECLASSIFICAR** a empresa **SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, compreendendo que o produto ofertado não atende as exigências mínimas contidas no edital, ferindo desta maneira o princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelecido no artigo 41 da Lei 8.666/1993: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Secretaria Municipal de Administração

Gerência de Compras

www.pmvc.ba.gov.br**III -CONCLUSÃO**

Por todo exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, primando pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consonância com os ditamos da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 11.553/2004 e Decreto Municipal 20.191/2020, nos termos do edital e de todos os atos até então praticados por este Pregoeiro, pautado nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, legalidade, razoabilidade e impessoalidade, acolhe e julga procedente o recurso interposto pela pessoa jurídica ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob número 00.405.867/0001-27 e também com observância na reavaliação e relatório técnico emitida pela Unidade Requisitante corroborando com os argumentos da impugnante, resolve desclassificar no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021 lote 01 a pessoa jurídica **SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**. Assim submeto a presente manifestação à consideração superior de Vossa Senhoria, Kairan Rocha Figueiredo, Secretário Municipal de Administração.

Vitória da Conquista, 23 de novembro 2021.

Lúcio Oliveira Maia

Pregoeiro**DECISÃO ADMINISTRATIVA:**

ACOLHO e HOMOLOGO o julgamento proferido pelo Pregoeiro nos autos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021, em face do Recurso Administrativo interposto pela empresa **ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**. Determino que os autos retornem à Gerência de Compras para adoção das medidas administrativas pertinentes. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, 23 de novembro de 2021.

Kairan Rocha Figueiredo

Secretário Municipal de Administração